

SOBRE O WORKSHOP DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA PESQUISA EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

MARIA CRISTINA DA SILVA LEME
SUZANA PASTERNAK

R E S U M O *O artigo introduz os temas abordados no Workshop de Avaliação do Ensino e da Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais, colocando as inquietações básicas sobre o papel do ensino do terceiro grau e da pós-graduação em estudos urbanos e regionais: o debate entre ensino público e ensino privado, entre a formação acadêmica e a formação profissionalizante, a questão da avaliação do ensino e da política de pesquisa. O workshop foi organizado em palestras, sessões de trabalho e mesas-redondas. O texto descreve as palestras de Wlana Panizzi, que se refere à discussão sobre o ensino público, e o de Marco Lisboa, sobre a experiência da FGV/RJ. Relata também as palavras dos key-note speakers das sessões de trabalho, tanto a introdução à experiência didática na área, por Ana Clara Torres Ribeiro, como o processo de avaliação dos cursos, por Maurício de Abreu. Na sessão de trabalho sobre pesquisa os key-note speakers foram Philip Gunn, comentando as linhas de pesquisa privilegiadas pelos programas em planejamento urbano e regional, e Linda Gondim, sobre o mecanismo de avaliação das pesquisas e pesquisadores. O texto apresenta também as conclusões do evento, incorporando as sugestões da sessão final de encerramento.*

P A L A V R A S - C H A V E *Ensino e pesquisa; política de pesquisa; avaliação de ensino.*

INTRODUÇÃO

Fundada em 1983 por cinco programas, a Anpur desde então ampliou significativamente o número e o espectro das instituições associadas e filiadas. Reúne, em 2002, 36 programas nas áreas de planejamento urbano, arquitetura e urbanismo, geografia, economia, administração pública, ciências sociais, engenharia e direito. É uma associação pluridisciplinar e aberta, cujas finalidades principais abrangem: o incentivo ao ensino e à pesquisa; a divulgação de informações e a troca de experiências; a promoção de reuniões científicas objetivando a reflexão e o intercâmbio de informações entre os integrantes das instituições associadas e também com outras instituições congêneres, nacionais ou estrangeiras.

Percebe-se que a diversidade das instituições que compõem a pós-graduação na área reunida pela Anpur traz uma riqueza de visões e de posturas. “Estudos urbanos e regionais” são os termos comumente utilizados como referência ao conhecimento gerado por áreas ligadas, principalmente, às ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Consti-

tui-se tanto como objeto de estudo de um programa específico, como muitas vezes dispersa-se por distintos departamentos acadêmicos.

Os objetivos dos programas ligados aos estudos urbanos e regionais são também distintos: em alguns casos, como nos cursos de economia, sociologia e geografia, tanto o objeto como o objetivo dos programas representam o entendimento de processos econômicos e sociais que estruturam as cidades e as regiões e o estudo dos diferentes arranjos institucionais que intervêm nesses processos. De outro lado, programas de planejamento urbano e regional têm o duplo objetivo: ao mesmo tempo que se propõem ao entendimento de tais processos, procuram capacitar os estudantes a atuar de forma propositiva.

Essa especificidade dos campos de conhecimento e atuação profissional confere desafios importantes para os programas de pós-graduação e cria uma interrogação sobre os contornos e conteúdos nas áreas de ensino e pesquisa.

O *Workshop* Avaliação do Ensino e da Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais foi realizado em São Paulo, nos dias 29 e 30 de agosto de 2002, com o patrocínio do CNPq e da Finep. Participaram do *Workshop* os coordenadores ou representantes de todas as associações filiadas e associadas à Anpur, além de representantes de outras associações científicas. O evento contou ainda com a participação de responsáveis pela direção de órgãos de fomento ao ensino e à pesquisa do CNPq, da Finep e da Capes.

QUESTÕES PRIORIZADAS PARA A DISCUSSÃO

As questões que organizaram a pauta do *Workshop* tiveram diversos níveis de abrangência, combinando teoria e prática. Foram formuladas a partir de um diagnóstico do caráter didático e da pesquisa em cada programa e de uma visão comparativa das distintas perspectivas implementadas pelos programas de pós-graduação em âmbito nacional.

Foram colocadas as inquietações básicas sobre o papel do ensino do terceiro grau e da pós-graduação; sobre o financiamento ao ensino público e privado; sobre a política de fomento à pesquisa; e sobre a questão da avaliação.

ENSINO PÚBLICO E ENSINO PRIVADO

Nesse debate são abordados os impasses atuais da ampliação da formação de terceiro grau, que tipo de universidade se deseja. A formação deve ser, como se pensava nos anos 60, essencialmente crítica? Ou, como nos anos 80, “autônoma e democrática, capaz de equilibrar as exigências do rigor acadêmico e as demandas de uma sociedade marcada pela carência, pela miséria e pela violência” (Chauí, 1994, p.54)? Ou ainda, segundo o discurso atual de eficiência e competitividade, deverá pautar-se pelos interesses do mercado e produzir profissionais que interessam à chamada sociedade civil? O ideal seria a combinação das duas tarefas, a formação para o mercado e uma formação seletiva? O que seria uma universidade participativa?

A relação ensino e pesquisa, entre formação de recursos humanos e produção do conhecimento, é fundamental, ou pode existir ensino sem pesquisa, difusão do conhecimento sem produção? Eunice Durham (2002, p.41) identifica formas diferenciadas de ensino superior: “Institutos tecnológicos (como os *Fachhochschulen* alemães), escolas especializadas em formação profissional de alto nível (como as *grandes écoles* francesas) ou institutos de formação geral básica (como os *colleges* americanos) nos quais a atividade de ensino é fundamental e a pesquisa, mais de cunho pedagógico e aplicado”.

O reconhecimento dessas formas diferenciadas abre a possibilidade de coexistência entre escolas profissionalizantes e centros de pesquisa na pós-graduação? Como seria a pesquisa numa universidade não-pública, onde o orçamento não é público, e portanto os resultados dos trabalhos poderiam não ser “publicizados” e não se destinariam à sociedade toda?

Como encarar parcerias com entidades privadas sem transformar a universidade pública numa mera prestadora de serviços? Como tornar públicos resultados de investigações em universidades públicas e privadas, quando os recursos que deram origem a essas investigações não têm origem pública? Como mesclar de forma adequada docência e pesquisa, formação e reprodução do conhecimento?

FORMAÇÃO PROFISSIONAL X FORMAÇÃO ACADÊMICA

Procura-se esclarecer temas candentes na formação científica e profissional de pesquisadores e planejadores urbanos e regionais: qual o perfil desejado para os pós-graduandos na área de estudos urbanos e regionais: um perfil profissionalizante, como o pensado no MBA, ou o perfil acadêmico, ligado à formação de quadros docentes e de pesquisa? Pergunta-se, mesmo, o que seria “um perfil profissionalizante” nessa área.

Até que ponto os atuais cursos preparam o profissional para atuar na prática concreta do planejamento e da gestão urbana e regional, nos distintos organismos intervenientes, tais como Ongs, órgãos públicos, assessorias a movimentos sociais etc.? Como preparar um profissional de forma a equipá-lo com instrumentação técnica, sem que perca a capacidade de análise crítica? Quais os quesitos necessários para possibilitar uma reflexão crítica sobre a atuação profissional?

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

É inegável que toda instituição pública deve prestar contas de sua atuação à sociedade. No caso da formação de quadros por instituições não-públicas que prestam esse serviço por delegação e com o aval de representantes da sociedade, também a avaliação das atividades universitárias é necessária e indispensável. Repensar continuamente essa avaliação auxilia na orientação da política universitária, tanto por parte das próprias universidades, como pelos organismos de fomento. Como a presente avaliação dos programas de pós-graduação e dos pesquisadores têm influído na estruturação dos cursos e pesquisas?

Os critérios de avaliação dos pesquisadores têm se pautado por “indicadores de produtividade”. Esses indicadores têm sido os mesmos para todas as áreas, não levando em conta a diversidade dos campos de conhecimento. Como já lembrou Chauí (1994), em Humanidades geralmente um livro tem maior relevância do que artigos, que costumam ser partes deste livro. Em Ciências dá-se exatamente o contrário. Pior que isso: em Humanidades o critério publicação de artigos tem resultado na proliferação de publicações de um mesmo artigo em versões variadas. Além disso, as condições do mercado editorial brasileiro costumam ser bastante precárias. De outro lado, não existe consenso quanto ao que se chama “produção científica regular”, que serve como parâmetro na classificação dos pesquisadores por meio da plataforma Lattes. Qual seria a média de orientações, publicações e participação em seminários e congressos na nossa área? Inserção internacional pode ser medida apenas por publicação em periódico internacional? Existe algum critério de avaliação da docência, além da pesquisa?

Em relação à avaliação dos programas, nota-se também que os parâmetros utilizados para sua avaliação têm norteado as exigências dos distintos cursos. Esses parâmetros medem de forma adequada a excelência dos programas? Como levar em conta a diversidade presente na universidade? Como o processo de avaliação atual tem influenciado a própria dinâmica dos programas?

POLÍTICA DE FOMENTO À PESQUISA

Os órgãos de fomento têm, ultimamente, criado novas modalidades de financiamento à pesquisa. Antes, a demanda espontânea e a pesquisa individual eram as únicas modalidades examinadas. Agora, grupos de excelência, pesquisa induzida e fundos setoriais são termos recorrentes. O que a comunidade de estudos urbanos tem a dizer sobre isso? Quando se fala em indução, que temas induzir e quem deve resolver esse ponto? Quais os temas que têm sido privilegiados para pesquisa nos diversos centros?

ESTRUTURA DO WORKSHOP

O *Workshop* foi organizado em palestras, sessões de trabalho e mesas-redondas, e foi encerrado com uma sessão síntese de relatos das sessões de trabalho.¹

Os temas de caráter mais geral, como a discussão do ensino público e privado, o papel da universidade pública e das instituições privadas de ensino e a política de pesquisa foram objeto de palestras para todos os participantes. Assim, o texto de Wrona Panizzi, ao retomar historicamente a discussão internacional sobre os destinos do ensino superior, aponta, por um lado, o avanço em 1998 quando se aprovou em Paris a definição de *educação* como bem público, dever do Estado e direito de todos, e, por outro, expõe as investidas da Organização Mundial do Comércio – OMC que propõem a regulamentação da educação superior como serviço comercial, focalizando sobretudo essa discussão nos encontros periódicos de reitores de universidades públicas ibero-americanas. Marcos Lisboa, então diretor de ensino da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV-RJ, discorreu sobre os desafios e limites da experiência da Fundação Getúlio Vargas no desenvolvimento de um ensino acadêmico em ambiente altamente competitivo e a manutenção do financiamento (privado) da produção acadêmica.

As sessões de trabalho versaram sobre ensino e sobre pesquisa. Foram simultâneas e previamente escolhidas pelos participantes. As sessões de trabalho contaram com *key note speakers*, que colocaram os pontos básicos para a discussão. Assim, na sessão de ensino a temática sobre a formação acadêmica foi objeto de reflexão, assim como a formação profissionalizante, o processo de avaliação da pós-graduação e a política governamental de ensino.

Na sessão de trabalho sobre “Avaliação e perspectivas do ensino de pós-graduação em estudos urbanos e regionais”, o texto de Ana Clara Torres Ribeiro tratou dos desafios do ensino do planejamento urbano e regional. Segundo a autora, essa área “relativamente jovem, encontra-se configurada como um campo de estudos em permanente transformação, seja pela agregação de novas disciplinas e temáticas, seja por ajustes teórico-conceituais e metodológicos trazidos pela expansão de suas fronteiras, o que desafia fortemente o ensino. Em síntese, essa é uma área particularmente sensível a mudanças no teor de projetos sociais; bastando citar, nessa direção, a recente inclusão, em seu cerne, da questão ambiental e daquelas questões que têm origem na atual centralidade das políticas urba-

¹ Como atividade prévia, foi proposto um questionário aos coordenadores dos programas. Por meio desse instrumento, procurou-se encaminhar os pontos mais importantes de discussão previamente aos participantes, ao mesmo tempo que se pediam sugestões sobre outros pontos de importância que não estivessem contemplados. Com as respostas, pôde-se completar a agenda de discussão.

nas, em seus vínculos com velozes alterações na base técnica da vida coletiva”. De outro lado, adverte para o risco do crescente pragmatismo no ensino. Alerta que justamente nessa área os frutos são esperados para além do presente imediato. Ana Clara coloca em seu texto cinco desafios: o desafio da pedagogia, tão ausente como critério de avaliação da qualidade de ensino; o desafio da interdisciplinaridade, tratada mais como somatória de temáticas, sem que as visões de mundo de cada disciplina sejam devidamente incorporadas; o desafio da formação; o desafio dos fundamentos da área; e os desafios institucionais. Conclui o texto com propostas de atuação para a área e para a Anpur.

As diferenças entre a formação profissional e acadêmicas foram abordadas por Tânia Fischer, que se baseou na própria experiência como coordenadora de programa de pós-graduação e como membro de comissão, especialmente criada pela Capes para estudar os formatos do mestrado profissional. Observa que a formação profissional vem avançando em campos de conhecimento diversos, não apenas – como era do senso comum – às áreas de ciências aplicadas. Um exemplo é a formação de professores, um desafio pedagógico que o mestrado acadêmico não estava conseguindo enfrentar.

Apresentou a grande diferenciação de ofertas, desde o ensino artesanal de boa qualidade até o ensino de massa, em grande escala, inclusive com a participação internacional. A imagem utilizada é a do “ensino McDonald’s”, em que se desenvolve um produto padronizado para aplicação em qualquer parte do mundo. Tânia Fischer observa que esse é o mercado de interesse da Organização Mundial do Comércio. O investimento maior é na produção do material didático e o professor atua como difusor de um conteúdo estabelecido. Salientou o fato de os programas serem submetidos a múltiplas avaliações, não apenas à da Capes, mas de revistas especializadas e de organismos internacionais. Levanta-se, inclusive, a possibilidade de as associações científicas – como a Anpur – implantarem sistemas de creditação dos cursos de pós-graduação.

Alerta para a natureza diferenciada da formação profissional, que exige uma metodologia adequada, tanto para o aluno que vem em busca de uma reflexão teórica para a sua prática profissional, como para o que vem em busca de um novo campo de atuação. Ao enfrentar a questão extremamente importante do financiamento público ou privado é necessário levar em conta também os aspectos diversos e complexos desse tipo de formação.

Maurício de Abreu, representante da área de geografia e da grande área de ciências humanas na Capes, discorreu sobre o processo de avaliação da pós-graduação no Brasil. Enfatiza a importância desse processo complexo, mas necessário e importante. Sublinha que o processo é realizado pela própria comunidade de pós-graduação, e cada área de conhecimento pode estabelecer seus próprios critérios e parâmetros de julgamento. Trata-se, portanto, de uma avaliação por pares. Em seu texto Maurício explica a composição da Capes, os critérios de avaliação, o Qualis (classificação hierárquica dos veículos de publicação), a importância dos relatórios anuais dos programas, entre outros pontos.

Na sessão “Avaliação e perspectivas da pesquisa em estudos urbanos e regionais”, enfatizou-se a dicotomia pesquisa pura e pesquisa aplicada e as políticas de fomento e avaliação da pesquisa. Nessa sessão, Philip Gunn discute a base institucional para a pesquisa, vista pela ótica dos programas membros da Anpur. A intenção do trabalho foi “a de apresentar um retrato resumido das prioridades de pesquisa em cada programa, com base no ‘Censo’ anual de dados e informações coletadas pela agência de fomento e de regulação do MEC – a Capes – responsável pela avaliação dos programas”.

Ao recuperar a formação dos programas ele estabelece os vínculos históricos entre graduação e pós-graduação. Um exemplo é a marca do movimento moderno em arquite-

tura e urbanismo, que influenciou no ensino de graduação a existência de três linhas temáticas clássicas: história, projeto e tecnologia. A radiografia abrangeu basicamente os programas ligados à arquitetura e urbanismo, planejamento urbano e regional, e, tangencialmente, à demografia, em cerca de vinte programas. Outras áreas de atuação no campo da Anpur não foram contempladas. Sua inclusão possivelmente acrescentaria novos aportes e novos problemas à visão geral delineada.

Linda Gondim, do Comitê Assessor de Planejamento Urbano e Regional do CNPq, divulga, entre os pesquisadores que se dedicam aos estudos urbanos, informações sobre os mecanismos de fomento e avaliação das pesquisas do CNPq. Em seu texto, enfoca prioritariamente a concessão de bolsas de produtividade (PQ). Detalha o processo de avaliação dos pesquisadores para a concessão dessa bolsa e discute cada um dos critérios de avaliação utilizados. Termina seu *paper* com uma tabela, na qual a “produtividade” dos pesquisadores da área de ciências sociais aplicadas entre 1997 e 2000 é mostrada em índices quantitativos. Para a área onde se inclui o planejamento urbano e regional (geografia humana, demografia, planejamento e arquitetura e urbanismo), a média de artigos em periódicos nacionais foi de 1,8 por pesquisador/ano; a de artigos em periódicos internacionais, de 0,40; a de livros publicados no período, de 0,37; a de capítulos de livros, de 1,21. Apenas a publicação de trabalhos completos em anais atingiu uma média maior, de três trabalhos por pesquisador por ano. Os critérios para a classificação hierárquica do pesquisador em níveis que vão do 2 C até 1 A colocam como critério “produção científica regular”, além de participação na formação de doutores e mestres. A média de orientações de doutores tem sido de 0,35 por orientador, e a de mestrados, de 1,30. É a primeira vez que o CNPq mensurou esses parâmetros. Vale a pena ressaltar que não são valores altos, muito pelo contrário. Mas é dentro dessa realidade que trabalhamos. Linda enfatizou que essa é a menor área do CNPq, com apenas 153 bolsistas.

O segundo dia do *Workshop* iniciou com a palestra de Carlos Pacheco sobre os fundos setoriais de pesquisa que constituíram o novo modelo de política de financiamento à pesquisa implantada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Seguiram-se os trabalhos das mesas-redondas com o relato de experiências como o ensino a distância, as demandas extra-universitárias no ensino e pesquisa em planejamento, a possibilidade de articulação entre pesquisas acadêmicas e políticas públicas, os desafios da pesquisa aplicada nos institutos não-acadêmicos.

A sessão final “Formulação de uma agenda de ensino e pesquisa” possibilitou uma troca de idéias fecunda entre representantes de organismos de fomento federais (CNPq, Capes e Finep) e a comunidade acadêmica presente.

CONCLUSÕES

Os participantes do *Workshop* reafirmaram a convicção de que a universidade que associa o ensino à pesquisa é indispensável para garantir o desenvolvimento científico tecnológico do País. Reconhecer a importância e apoiar a continuidade dessa relação como política dos órgãos de fomento foi uma conclusão unânime.

Por outro lado, reconheceu-se a necessidade de abrir o debate para uma avaliação da pertinência da diversificação de formas do ensino superior. Pretende-se que essa avaliação das experiências em curso no País venha a incorporar informação sobre formas de ensino em andamento no exterior.

Foram apontadas observações finais que se constituem como propostas e recomendações para a continuidade do trabalho iniciado neste *Workshop*. A primeira sugestão encaminhada foi a realização de um balanço da pesquisa em planejamento urbano e regional que possibilite uma visão das principais áreas temáticas, contemplando o conjunto de programas, suas especificidades e diferenças.

Esse balanço representa um elemento importante de reconhecimento da identidade da área e possibilita a formulação de uma agenda prospectiva de questões a serem abordadas. Pode servir de parâmetro para a Anpur discutir as políticas institucionais de pesquisa, tanto das agências como dos programas.

Em relação aos processos de avaliação os coordenadores de programas reconheceram a importância de atribuir à Anpur a coordenação de grupos de trabalho para o estabelecimento de valores próprios à área para estabelecer os critérios de excelência.

A interlocução entre os programas, no campo do ensino, abre a perspectiva de proposição de novos formatos de ensino, como também para a reavaliação das práticas didáticas em curso.

As informações apresentadas pela Capes sobre a produção científica da área revelam que os esforços de tornar públicos os resultados dos trabalhos científicos esbarram continuamente com a dificuldade de encontrar veículos disponíveis de publicação com periodicidade e formato adequados. Revistas arbitradas, com conselho editorial atuante, que demarcariam a área de forma paradigmática, têm tido dificuldade de sobreviver sem algum tipo de subsídio. Afirmou-se a necessidade de garantir a permanência de publicações no mercado editorial, de forma a tornar públicos resultados de trabalhos. Constata-se que a política editorial dos órgãos de fomento, ao adotar a periodização como um dos critérios de financiamento, encerra hoje uma contradição interna de difícil superação. É importante alertar que as revistas técnicas raramente são auto-suficientes financeiramente e sem financiamento não conseguem manter a periodização. A constatação do estrangulamento específico das publicações na área do Comitê de Ciências Sociais Aplicadas torna-se clara ao se comparar a média de publicações de artigos em periódicos nacionais, de apenas 1,8 por ano durante o período 1997-2000, sensivelmente menor que a média do Comitê de Sociologia (2,27), Educação (2,17) e Economia e Direito (1,93). Nota-se que a média de publicações em periódicos internacionais é semelhante, mostrando que a produção das áreas se equivale quanto à publicação em periódicos, e a média inferior nos nacionais pode ser explicada pelo menor número de veículos de divulgação.

Houve unanimidade quanto à necessidade de continuidade dessa discussão, tendo sido proposta a criação de um Grupo de Trabalho permanente na Anpur.

Maria Cristina da Silva Leme, arquiteta, é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e presidente da Anpur. E-mail: crisleme@usp.br

Suzana Pasternak, arquiteta, é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e secretária executiva da Anpur. E-mail: suzanapasternak@uol.com.br

Artigo recebido para publicação em novembro de 2002.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, M. USP: a terceira fundação. *Estudos Avançados*, São Paulo, 8(22), p.49-68, 1994.

DURHAM, E. A Universidade e o ensino no Brasil. *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.63, p.31-50, julho 2002.

A B S T R A C T *The article introduces the workshop Evaluation of Teaching and Research in Urban and Regional Studies, questioning the basic interrogations about the under*

graduate and graduate studies in urban and regional research: the debate between public and private school, between academic or professional education, and about the problem of evaluation of instruction and the research policy in the area. The workshop was organized in conferences, work sessions and round tables. The text describes the conference of Wlana Panizzi, about the discussion on the public school, and the conference of Marcos Lisboa, relating the FGV/RJ experience of private grants for research. The paper also reports the lectures of the key-note speakers, as the discourse about didactics experiences, by Ana Clara Torres Ribeiro and the problems of courses evaluation, by Maurício de Abreu. In the research working session, the key-note speakers were Philip Gunn, talking about the research themes chosen by the programs in urban and regional planning, and Linda Gondim, about the evaluation of the research and the researchers. The article also includes the workshop conclusions, taking in account the suggestions made in the closing session.

K E Y W O R D S *Research and teaching; research policy; instruction evaluation.*